

Documento embasado por pesquisa científica foi apresentado em Comissão Especial Sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais na Câmara dos Deputados

Diante dos eventos de extremos climáticos que vem ocorrendo em diferentes regiões do Brasil, ocorreu na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), a Comissão Especial Sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais no dia 17 de abril de 2024. Na ocasião, o pesquisador do Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros da Fundação Getulio Vargas (FGV IISR), Gesner Oliveira, apresentou uma estratégia para os municípios se adaptarem e mitigarem as consequências de catástrofes climáticas como as enchentes e secas. A estratégia leva em consideração o papel fundamental da indústria de seguros e vai dar origem a um manual que será lançado em julho.

No manual de resiliência climática para municípios existem dois focos: enchentes e secas. De acordo com Gesner Oliveira, os efeitos das mudanças climáticas sobre a população têm sido amplamente discutidos de forma bastante sistemática, pois há uma ideia intuitiva de que é preciso prevenir as consequências oriundas desses eventos, mas a questão principal é como fazer isso.

“Para lidar com a seca, por exemplo, há uma forma de prevenção bastante eficaz que é a reutilização da água, atividade bastante exercida em outros países, mas que o Brasil faz muito pouco. Apenas 1,5% do efluente do esgoto é tratado para a água ser utilizada, mas temos capacidade pra aumentar este índice em pelo menos 10%, contribuindo para que esta água possa ser utilizada em diferentes tipos de irrigação e nas diversas indústrias”, destacou Oliveira.

Outro exemplo apontado pelo professor diz respeito às enchentes. Neste aspecto, ele ressalta que é preciso investir em uma infraestrutura de drenagem adequada, capaz de absorver água que vem de grandes volumes de chuva, algo que apenas 2/3 dos municípios brasileiros podem contar. “Precisamos de mais parques lineares, com solos capazes de absorver essa água, bem como áreas de retenção”.

Papel da indústria de seguros no âmbito das mudanças climáticas

O pesquisador deixa claro que essas iniciativas já foram discutidas em diversas circunstâncias anteriores, porém, sem uma estratégia definida sobre como implementá-las. É neste ponto, que entra o papel da indústria de seguros e resseguros.

“Na hora de implementar essas infraestruturas, na maioria das vezes falta verba por parte do município, do estado ou do Governo Federal. Então, a grande questão é como levantar recursos para implementar essas soluções”, afirma Gesner. O pesquisador acredita ser necessário estimular investidores a adentrarem em empreendimentos desta natureza.

“Os municípios precisam de seguros, mas nem sempre possuem condições de arcar com os custos. Ao vender um seguro para extremos climáticos a um determinado município ou indivíduo, a seguradora poderia securitizar esses contratos”, explicou.

A securitização transforma títulos de crédito, como faturas não pagas ou dívidas de empréstimos, em títulos negociáveis no mercado de capitais. Para Gesner, esta seria uma forma de incluir o setor privado e os filantropos na estratégia de mitigação dos danos em decorrência das catástrofes climáticas.

“Unimos as estratégias de securitizar as apólices que protegem os municípios das consequências climáticas, junto ao investimento em projetos que possam reutilizar água de enchentes em períodos de seca severa. Neste cenário, os riscos diminuem e os investidores passam a enxergar um município como resiliente, aumentando o estímulo para investir no local e, conseqüentemente, contribuindo para a proteger a região de eventos climáticos extremos”.

O manual de resiliência para cidades enfrentarem eventos climáticos extremos se originou a partir de uma pesquisa sobre Seguros e Mudanças Climáticas, realizada em parceria com a pesquisadora da Queen Mary University of London (QMUL) e do FGV IISR, Franziska Arnold-Dwyer,. Em breve, o artigo sobre este estudo será lançado.

É possível conferir a apresentação realizada pelo pesquisador Gesner Oliveira na Comissão Especial Sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais da Câmara dos Deputados [clikando aqui](#).

Fonte: FGV IISR, em 16.05.2024